

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 336.001 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.072.436 mil e Ativos Totais de R\$ 2.077.343 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 27 de abril de 2018, a Companhia aumentou capital social no valor de R\$ 90.000 mil sem emissão de ações, mediante a capitalização da conta de Reserva de Lucros.

Em outubro de 2018, a Companhia adquiriu 6,14% de participação no Capital da empresa Elo Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2018 foram provisionados Dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 3.192 mil. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017	2018	2017
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	422.452	308.553	CIRCULANTE	4.907
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	314.091	270.198	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12b)	1.569
Dividendos a Receber (Nota 11)	108.361	38.355	Dividendos a Pagar (Nota 7c)	3.192
NÃO CIRCULANTE	1.654.891	1.438.455	Outras Contas a Pagar	146
INVESTIMENTOS (Nota 6)	1.654.891	1.438.455	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.072.436
			Capital Social (Nota 7a)	880.000
			Reserva de Lucros (Nota 7b)	1.192.414
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	22
TOTAL	2.077.343	1.747.008	TOTAL	2.077.343

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017		
RECEITAS OPERACIONAIS	324.457	169.284		
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	324.457	169.284		
DESPESAS OPERACIONAIS	1.213	1.352		
Despesas Tributárias (Nota 10)	865	1.034		
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	348	318		
RESULTADO FINANCEIRO	18.570	22.202		
Receitas/Despesas Financeiras (Nota 9)	18.570	22.202		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	341.814	190.134		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(5.813)	(6.917)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	336.001	183.217		
Número de ações	4.167.605.327	4.167.605.327		
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	80,62	43,96		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	341.814	190.134		
Ajustes ao Lucro Líquido	(324.457)	(169.284)		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(324.457)	(169.284)		
Lucro Líquido Ajustado	17.357	20.850		
Redução em Outros Ativos/Outras Contas a Receber	(2.760)	-		
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações/Outras Contas a Pagar	86	(527)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.147)	(6.917)		
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades Operacionais	11.536	13.406		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de Investimentos	(4.258)	-		
Dividendos Recebidos de Controlada	38.355	60.616		
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) das Atividades de Investimentos	34.097	60.616		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	(1.740)	(2.148)		
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(1.740)	(2.148)		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	43.893	71.874		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	270.198	198.324		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	314.091	270.198		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	43.893	71.874		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais				
1) CONTEXTO OPERACIONAL				
A Bradescard Elo Participações S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco "Bradesc", utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.				
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.				
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.				
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis				
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.				
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.				
2.2) Moeda funcional e de apresentação				
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.				
2.3) Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.				
2.4) Ativos financeiros				
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação – registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento – são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empreéstimos e Recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda – registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.				
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).				
• Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.				
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.				
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.				
• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
São reconhecidos inicialmente à valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.				
2.5) Determinação do valor justo				
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.				
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.				
2.6) Investimento em controladas e coligadas em conjunto				
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gênero as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.				
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como receita (ou despesa) operacional.				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017		
Lucro Líquido do Exercício	336.001	183.217		
Outros Resultados Abrangentes	(3.918)	5.877		
Total do Resultado Abrangente	332.083	189.094		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017		
Lucro Líquido do Exercício	336.001	183.217		
Outros Resultados Abrangentes	(3.918)	5.877		
Total do Resultado Abrangente	332.083	189.094		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.10) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social foi calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram provisionados para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* data).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósito bancário	4	5
Fundos de investimentos financeiros (1)	314.087	270.193
Total	314.091	270.198

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização Bradesco ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 324.457 (2017 - R\$ 169.284).

Em 31 de dezembro									
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Resultado de equivalência patrimonial (1)			
						2018	2017		
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	235.000	377.199	(12.707)	235.000	100,000000%	377.199	389.791	(12.707)	8.114
Elo Participações S.A. (3)	1.052.000	2.521.315	573.969	372.228	50,010077%	1.260.912	1.048.664	324.167	161.170
Elo Serviços S.A. (2) (3)	54.809	273.203	21.657	154.235	6,142000%	16.780	-	12.977	-
Total						1.654.891	1.438.455	324.457	169.284

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias;
(2) Aquisição de investimento da empresa Elo Serviços S.A., em 31/10/2018; e
(3) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro				
	2018	2017		
Ordinárias	4.167.605.327	4.167.605.327		
Total	4.167.605.327	4.167.605.327		

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 27 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 90.000, elevando-o de R\$ 790.000 para R\$ 880.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro				
	2018	2017		
Reservas de lucros	1.192.414	949.605		
- Reserva legal (1)	71.442	54.642		
- Reserva estatutária (2)	1.120.972	894.963		

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos a pagar

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro				
	2018	% (1)	2017	% (1)
Lucro líquido do exercício	336.001	-	183.217	-
Reserva legal	(16.800)	-	(9.161)	-
Base de cálculo	319.201		174.056	
Dividendos propostos	3.192	1,0	1.740	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRADSCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A.	4
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	2
TITANIUM HOLDINGS S.A.	6

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 69
São Paulo, sexta-feira, 12 de abril de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Página 4

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	18.570	22.202
Total	18.570	22.202

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços prestados por terceiros	176	318
Despesas com doações e patrocínios	172	-
Total	348	318

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	743	888
PIS	121	144
Outras	1	2
Total	865	1.034

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	4	-	5	-
Dividendos a receber:				
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	-	-	77	-
Elo Participações S.A.	108.361	-	38.278	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(3.192)	-	(1.740)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	341.814	190.134
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(116.217)	(64.646)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas Sociedade correspondentes	110.315	57.556
Despesas e provisões indebitáveis líquidas de receitas não tributáveis	(59)	(58)
Outros valores	148	231
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.813)	(6.917)

b) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.569 (2017 - R\$ 1.655), referem-se à Imposto de Renda R\$ 1.445 (2017 - R\$ 1.579), Contribuição Social R\$ 52 (2017 - R\$ 12), Cofins R\$ 62 (2017 - R\$ 55) e PIS R\$ 10 (2017 - R\$ 9).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017;
- b) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;
- c) CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações; e
- d) Em 31 de dezembro de 2018 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.

A ADMINISTRAÇÃO

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC 1SP01478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de abril de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradescard Elo Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradescard Elo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRADSCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A.....	4
MIRAMAR HOLDINGS S.A.....	2
TITANIUM HOLDINGS S.A.....	6

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



COMPRAR
UM CERTIFICADO



RENOVAR
MEU CERTIFICADO



TENHO
UM VOUCHER



CLIENTES
DE GOVERNO



INSTALAR
MEU CERTIFICADO



SUPORTE
TÉCNICO

Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 129 • Número 69

São Paulo, sexta-feira, 12 de abril de 2019

Página 5

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 - NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 336.001 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.072.436 mil e Ativos Totais de R\$ 2.077.343 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 27 de abril de 2018, a Companhia aumentou capital social no valor de R\$ 90.000 mil sem emissão de ações, mediante a capitalização da conta de Reserva de Lucros.
Em outubro de 2018, a Companhia adquiriu 6,14% de participação no Capital da empresa Elo Serviços S.A.
Em 31 de dezembro de 2018 foram provisionados Dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 3.192 mil.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017
ATIVO		
CIRCULANTE	422.452	308.553
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	314.091	270.198
Dividendos a Receber (Nota 11)	108.361	38.355
NÃO CIRCULANTE	1.654.891	1.438.455
INVESTIMENTOS (Nota 6)	1.654.891	1.438.455
TOTAL	2.077.343	1.747.008

	2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	4.907	3.463
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12b)	1.569	1.655
Dividendos a Pagar (Nota 7c)	3.192	1.740
Outras Contas a Pagar	146	68
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.072.436	1.743.545
Capital Social (Nota 7a)	880.000	790.000
Reserva de Lucros (Nota 7b)	1.192.414	949.605
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22	3.940
TOTAL	2.077.343	1.747.008

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	324.457	169.284
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	324.457	169.284
DESPESAS OPERACIONAIS	1.213	1.352
Despesas Tributárias (Nota 10)	865	1.034
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	348	319
RESULTADO FINANCEIRO	16.570	22.202
Receitas/Despesas Financeiras (Nota 8)	16.570	22.202
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	341.814	190.134
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(5.813)	(6.917)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	336.001	183.217
Número de ações	4.167.605,327	4.167.605,327
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	80,62	43,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	341.814	190.134
Ajustes ao Lucro Líquido	(324.457)	(169.284)
Resultado de Equivalência Patrimonial	324.457	(169.284)
Lucro Líquido Ajustado	17.357	20.890
Redução em Outras Ativas/Outras Contas a Receber	(2.760)	-
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações/Outras Contas a Pagar	86	(527)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.147)	(6.917)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades Operacionais	11.536	13.406
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos	(4.258)	-
Dividendos Recebidos da Controladora	38.355	60.616
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	34.097	60.616
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.740)	(2.148)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(1.740)	(2.148)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	43.893	71.874
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	270.198	198.324
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	314.091	270.198
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	43.893	71.874

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradescard Elo Participações S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco "Bradesco", utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.
2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 39 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017. (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com eletos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negócios no curto prazo ou mantidos como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.
- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.
2.6) Investimento em controladas e coligadas em conjunto
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

6) INVESTIMENTOS
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 324.457 (2017 - R\$ 169.284).

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	235.000	235.000	377.199	377.199	(12.707)	-
Elo Participações S.A. (3)	1.052.000	1.052.000	2.521.315	2.521.315	573.968	-
Elo Serviços S.A. (2) (3)	54.809	54.809	273.203	273.203	21.657	-
Total						

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias;
(2) Aquisição de Investimento da empresa Elo Serviços S.A., em 31/10/2018;
(3) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Ordinárias	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Total	4.167.605,327	4.167.605,327

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 27 de abril de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 90.000, elevando-o de R\$ 790.000 para R\$ 880.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reservas de lucros	1.192.414	949.605
- Reserva legal (1)	71.442	54.642
- Reserva estatutária (2)	1.120.972	894.963

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos a pagar
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	336.001	183.217
Reserva legal	(16.800)	(9.161)
Base de cálculo	319.201	174.056
Dividendos propostos	3.192	1.740

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.
8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	18.570	22.202
Total	18.570	22.202

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços prestados por terceiros	176	318
Total com doações e patrocínios	172	22
Total	348	318

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial Controladas	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2016	669.200	45.481	843.447	(1.937)	-	1.556.191
Aumento de Capital com Reservas	120.800	-	(120.800)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	183.217	183.217
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	5.877	-	5.877
Destinações: - Reservas	-	9.161	172.316	-	(181.477)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.740)	(1.740)
Saldos em 31.12.2017	790.000	54.642	894.963	3.940	-	1.743.545
Aumento de Capital com Reservas (Nota 7a)	90.000	-	(90.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	336.001	336.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(3.918)	-	(3.918)
Destinações: - Reservas	-	16.800	316.009	-	(332.809)	-
- Dividendos Propostos (Nota 7c)	-	-	-	-	(3.192)	(3.192)
Saldos em 31.12.2018	880.000	71.442	1.120.972	22	-	2.072.436

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	336.001	183.217
Outros Resultados Abrangentes	(3.918)	5.877
Total do Resultado Abrangente	332.083	189.094

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como receita (ou despesa) operacional.
Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação e sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca de sua probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.
b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.10) Receitas financeiras
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
2.11) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social foi calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.
Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Os investimentos pelo método de equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro são apresentadas nas notas explicativas.
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósito bancário	4	5
Fundo de investimento financeiro (1)		

continuação

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

A ADMINISTRAÇÃO
Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Bradescard Elo Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradescard Elo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de abril de 2019

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DIANTE DE QUEM INTERESSA, NO IMPRESSO E NO DIGITAL

Impresso:

3,3 milhões
de leitores¹

Digital:

23,1 milhões
de usuários únicos²

Valor ECONÔMICO
+
O GLOBO
+
ValorRI ECONÔMICO

**MUITO MAIS VISIBILIDADE
PARA A SUA EMPRESA**



Fontes: 1) Kantar Ibope Media - BR TG 2018 II (2017-2s + 2018 1s); VI (Pessoas) - leitores O GLOBO ou Valor on + off sem sobreposição • 2) Comscore Audience Duplication Multi-Platform - November 2018

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri